

UM “COMPLEMENTO DE ESPÍRITO” PARA A IGREJA

Parafraseando Bergson (“Un supplément d’âme”) podemos dizer que nossa sociedade e a própria Igreja estão necessitando de um “suplemento de Espírito”. A sociedade “ocidental” (no sentido cultural-histórico do termo) está sentindo, pelo menos de modo difuso, o esvaziamento causado pela monocultura da racionalidade instrumental moderna. Filha de seu tempo, a própria Igreja tem endossado, muitas vezes, essa racionalidade unilateral, numa teologia meramente escolástica e conceitual, deixando a “espiritualidade” para as “almas piedosas”, ou numa pastoral preponderantemente jurídica e sacramentalista, porém, sem senso do simbólico. Agora, a globalização, produto dessa racionalidade, coloca a cultura ocidental, cristã ou pós-cristã, em contato com outros paradigmas culturais, outras religiões, outras tradições intelectuais. Constatamos, apesar da ideologia dominante da satisfação material, certo cansaço do materialismo. Procura-se mais espaço para a subjetividade. Muitos cristãos se sentem atraídos por uma atenção maior ao “espírito”. Surgem até especulações sobre uma nova era, a era do Espírito. Quem conhece a história da Igreja sabe que não é a primeira vez que isso acontece. Há quem se impressione com a pujança, seja das formas pentecostais e evangélicas no âmbito da Reforma, seja do movimento carismático na Igreja católica. Depois da consolidação cristológica do primeiro milênio e do predomínio do jurídico no segundo, irá ser o

terceiro milênio o da vida no Espírito? Procura-se espaço para uma experiência cristã que supere os quadros institucionais, mesmo das instituições mais maleáveis advindas com o Concílio Vaticano II.

Consultemos nossa memória. Debaixo do predomínio do racional-institucional foi crescendo, desde há muito, uma reação, revelando-se naquilo que se convencionou chamar de “espiritualidade”, nos movimentos contemplativos, missionários, caritativos, litúrgicos, na crescente abertura para o mundo, na ortopraxis da opção pelos pobres e na teologia voltada para a justiça e para a responsabilidade histórica.

Chegou então o Concílio Vaticano II como um novo Pentecostes, uma abertura para o Espírito que renova a face da terra e também da Igreja. Não foi na esteira do Vaticano II que a dimensão carismática — bem mais ampla que os movimentos que se definem com este adjetivo — ganhou amplitude na Igreja católica? Não foi o Espírito que animou as Assembléias de Medellín, Puebla, Santo Domingos, no nível da hierarquia, e as comunidades de base, as pastorais, os movimentos de leigos, no nível do povo eclesial?

Lembramos isso porque a relação do carisma com as instituições eclesiais é ambígua. Entre os que apelam para o Espírito há quem queira dispensar as instituições e há quem recorra continuamente às suas expressões mais autoritárias. Às vezes, a mesma pessoa encarna essas duas atitudes. Espírito não se opõe à instituição, mas a desânimo. Se o Espírito é o dinamismo divino, transcendente, na vida da Igreja e dos fiéis, ele ultrapassa as organizações e esforços humanos, sem torná-los supérfluos. Antes, anima-os.

Biblicamente, o “santo espírito” é a força, o dinamismo de Deus, presente na criação e na sustentação da criação, de modo especial nos seres portadoras de “alma de vida”. Na narrativa cristã, o enviado de Deus, Jesus de Nazaré, é movido pelo santo espírito de Deus, seu “Pai”, numa relação de obediência e de liberdade, que faz com que, no seu agir, se realize a obra de Deus. E quando termina sua obra, historicamente situada e limitada, ele promete aos seus discípulos, que deverão realizar “obras maiores” do que as dele (Jo 14,12), esse mesmo espírito, o Paráclito, mediador de Deus e intérprete atualizador de Jesus glorioso (Jo 14,16-17). O Paráclito há de conduzi-los na plena verdade do momento histórico (Jo 16,13). Não é sem importância, portanto, a ligação entre o Espírito e a Igreja no Credo.

Para bem compreender o Espírito como eficácia divina na criação e na história, importa desvinculá-lo do dualismo antropológico grego, que, no caso do ser humano, identifica o espírito com a alma imortal e imaterial. É este conceito de matiz platônica que causou no âmbito cristão, muitas vezes, um espiritualismo alienado. E é digno de atenção,

entre nós, no Brasil, o fenômeno do “espiritualismo”, como se autodenomina o espiritismo kardecista, com seu inegável enfoque gnóstico-dualista, fazendo da “alma” um “espírito desencarnado” com subsistência autônoma, perigosamente desligada da história material — ideologia útil para quem não deseja que se mexa com a história material e antípoda do espírito cristão.

As tendências carismáticas nas igrejas cristãs têm o grande mérito de exigir espaço para o Espírito transcendente e surpreendente que, a partir da obra consumada e da ressurreição do Senhor Jesus, é dado à sua Igreja. Acentuam que, no batismo, o Espírito Santo é comunicado aos fiéis (se já não for antes, como acontece em At 10,44-48). Isso pode corrigir o cristianismo acanhado que estamos conhecendo desde que a identificação constantiniana de cristão e cidadão lhe impôs inegável conservadorismo social. Na assimilação da Cristandade ao Estado, os cristãos deixam de sentir que o Espírito os torna diferentes neste mundo e não percebem sua vocação à participação ativa na comunidade eclesial. Os movimentos de tipo carismático promovem uma maneira mais calorosa de ser cristão. Mas talvez não percebam até que ponto são vítimas do individualismo moderno e pós-moderno cujos efeitos combatem. Absolutizando o Espírito, talvez esqueçam que ele é o Espírito do Senhor Jesus e do Pai com o qual ele tem plena comunhão. Talvez não percebam com suficiente clareza que o Espírito não precisa sempre manifestar-se em fenômenos extraordinários, que podem ser sinais do poder de Deus, mas não são propriamente a obra que ele confiou à comunidade dos discípulos de Jesus. A obra que é fruto da fé se realiza no cotidiano. Os frutos do Espírito, segundo Paulo, não são o dom das línguas ou das curas, mas “amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, lealdade, mansidão, domínio próprio” (Gl 5,22-23). Opõem-se às obras da carne, que se resumem no binômio orgulho e egoísmo.

A sociedade pós-moderna, abandonando a racionalidade articuladora, mas não o egoísmo desestruturador que gera o individualismo irresponsável, necessita, sem dúvida, do efeito benéfico desses frutos. Uma espiritualidade, que tem os olhos voltados para o Senhor que vem, não pode deixar de assumir sua responsabilidade para que ele encontre sua casa bem administrada.

“Vida no Espírito”, para usar um termo consagrado pelos tradicionais tratados de espiritualidade, não é reunir milhares de pessoas num show religioso, mas viver a partir do Espírito de Jesus na Igreja e na História. Discernimento, ação comprometida, zelo pelo Reino. Este Espírito nos pede hoje: diálogo com o mundo, inculturação e interculturalidade, não fechamento sectário; incansável luta pela justiça, sem a qual sua obra na criação e na humanidade fica desfigurada; uma nova visão da comunidade dos batizados — batizados no Espírito

— como Igreja em que todos se saibam “povo de Deus” e a hierarquia seja o serviço sagrado a este povo; uma presença eficaz na sociedade como sacramento do Reino.

Falamos de um “suplemento de Espírito”. É de Deus que deve vir este suplemento. Ora, Deus não ficará faltoso. Importa que nós nos abramos a seu dom e estejamos dispostos a assumir as conseqüências. Pois o Espírito “sopra onde quer, e podes ouvir sua voz, mas não sabes de onde vem nem para onde vai: assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito” (Jo 3,8).